

## A gerontologia e a velhice como uma expressão da questão social: a atuação política das entidades científicas do envelhecimento

*Gerontology and old age as an expression of the social issue: the political action of scientific entities on aging*

*Gerontología y vejez como expresión de la problema social: la acción política de las entidades científicas sobre el envejecimiento*

Marcos Augusto de Castro Peres<sup>1</sup>  
Orcid: 0000-0002-2097-4780

### Resumo

Este artigo analisa a atuação das entidades científicas de gerontologia e geriatria na mediação político-institucional entre as supostas demandas da população idosa e a formulação de políticas públicas e leis específicas da velhice no Brasil. Tidas como autoridades legítimas na produção do discurso científico sobre o envelhecimento, estas entidades atuam como representantes dos(as) idosos(as) junto ao Estado e a sociedade civil, contribuindo para a construção de novas definições de velhice, como a de terceira idade. Fundado nos novos recursos e técnicas de tratamento possibilitados pelas ciências da saúde, o caráter ideológico do termo terceira idade acaba por reinventar a velhice e, mais do que prevenir, termina por negá-la. Esta pesquisa utilizou o método qualitativo, com a realização de entrevistas, análise documental e observação participante e o marco teórico utilizado nas análises foi o marxismo, também chamado de materialismo histórico. Por fim, constatou-se que as entidades científicas de gerontologia e geriatria atuam de maneira corporativista, desconsiderando demandas fundamentais da população idosa, como a melhoria do poder de compra da aposentadoria. Com isso, reacende o debate sobre a questão social na sociedade capitalista, tendo na velhice pauperizada uma expressão direta do embate entre capital e trabalho.

**Palavras-chave:** velhice; gerontologia; questão social; políticas públicas; corporativismo.

### Abstract

This paper analyzes the performance of scientific entities of gerontology and geriatrics in political-institutional mediation between the supposed demands of the elderly population and the formulation of public policies and laws specific to old age in Brazil. Regarded as legitimate authorities in the production of scientific discourse on aging, these entities act as representatives of the elderly with the State and civil society, contributing to the construction of new definitions of old age, such as the third age. Based on the new resources and treatment techniques made possible by the health sciences, the ideological character of the term third age ends up reinventing old age and, more than preventing it, ends up denying it. This research used the qualitative method, with interviews, document analysis and participant observation. The theoretical framework used in the analyzes was Marxism, also called historical materialism. Finally, it was found that the scientific entities of gerontology and geriatrics act in a corporatist way, disregarding fundamental demands of the elderly, such as improving the purchasing power of retirement. With this, the debate on

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela USP, mestre em Sociologia pela UNICAMP. Professor titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), campus Ilhéus/BA. E-mail: [macperes@uesc.br](mailto:macperes@uesc.br)

the social question in capitalist society is rekindled, with impoverished old age being a direct expression of the clash between capital and work.

**Keywords:** old age; gerontology; social issues; public policy; corporatism.

## Resumen

Este artículo analiza la actuación de entidades científicas de gerontología y geriatría en la mediación político-institucional entre las supuestas demandas de la población anciana y la formulación de políticas públicas y leyes específicas para la vejez en Brasil. Consideradas autoridades legítimas en la producción del discurso científico sobre el envejecimiento, estas entidades actúan como representantes de las personas mayores ante el Estado y la sociedad civil, contribuyendo a la construcción de nuevas definiciones de vejez, como la tercera edad. A partir de los nuevos recursos y técnicas de tratamiento posibilitados por las ciencias de la salud, el carácter ideológico del término tercera edad acaba reinventando la vejez y, más que prevenirla, acaba negándola. Esta investigación utilizó el método cualitativo, con entrevistas, análisis de documentos y observación participante. El marco teórico utilizado en los análisis fue el marxismo, también llamado materialismo histórico. Finalmente, se constató que las entidades científicas de gerontología y geriatría actúan de manera corporativista, desconociendo demandas fundamentales de las personas mayores, como mejorar el poder adquisitivo de la jubilación. Se reaviva así el debate sobre la cuestión social en la sociedad capitalista, siendo la vejez empobrecida una expresión directa del choque entre capital y trabajo.

**Palabras clave:** vejez; gerontología; cuestiones sociales; políticas públicas; corporativismo.

## 1. Introdução

Este artigo deriva de um capítulo da minha tese de doutorado, defendida em 2007 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do professor e doutor Evaldo Amaro Vieira, intitulado “Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social”<sup>2</sup>.

Na ocasião, a pesquisa analisou a atuação política das principais organizações representativas da velhice no Brasil, nas reivindicações pela elaboração de leis e políticas da velhice, como a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003). Foram estudadas organizações como o Serviço Social

do Comércio (SESC), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAPI), a partir de pesquisa bibliográfica, análise documental e histórica das organizações, estudo da cultura organizacional e realização de entrevistas com líderes institucionais.

Em paralelo, analisou-se a situação de exclusão social vivida pela população idosa que dependem da renda previdenciária para sobreviver, numa situação de pauperização que expressa a questão social vivenciada na sociedade capitalista, com o embate histórico entre capital e trabalho. O resultado das

---

<sup>2</sup> Peres (2007).

análises foi o contraste existente entre um envelhecimento “saudável e produtivo”, vivenciado como “terceira idade”<sup>3</sup> pelas classes privilegiadas, e a velhice degradante das classes trabalhadoras, marcada pela escassez de recursos.

Isso obriga muitos(as) idosos(as) a continuarem trabalhando mesmo depois da aposentadoria e aceitarem trabalhos precários para complementar a renda. Ainda, quando não conseguem se aposentar, passam a viver em situação de desemprego e insegurança social, numa fase da vida em que já deveriam estar livres, por direito, da servidão do trabalho explorado (Antunes, 2020).

De acordo com Debert (2004), com o advento das ciências do envelhecimento, a velhice ganharia visibilidade na sociedade contemporânea e a delimitação da velhice ocorreria com o surgimento da geriatria e da gerontologia, compreendendo o envelhecimento no ponto de vista biopsicossocial. Os avanços da medicina e da farmacologia, bem como da psicologia, melhoraram a qualidade de vida da população idosa, tendo em vista que novos tratamentos puderam não só retardar a morte, mas minimizar as patologias inerentes ao avanço da idade, levando ao aumento da longevidade e permitindo que a velhice fosse

vivenciada como uma “nova juventude” (Debert, 2004).

Ao afirmarmos que a geriatria e a gerontologia influenciaram na reinvenção da velhice, isso significa que o conhecimento científico pôde reconfigurar as fases da vida humana. Segundo Ariès (2021), algo semelhante ocorreu com a infância, que não existia na Idade Média, sendo criada com o surgimento da pedagogia e da educação escolar. Mas, se a velhice é uma construção social, é necessário entender que, apesar das transformações fisiológicas universais ocorridas com o corpo, a definição do que seja envelhecer varia conforme o contexto social e histórico.

Com o surgimento das ciências do envelhecimento, a velhice não só é redefinida, mas também negada, já que a ideia de “terceira idade” surge para rejeitar o envelhecimento em seu sentido pejorativo, ou seja, o de decadência física, psicológica e social. E é por isso que novos termos são simultaneamente criados para designar essa fase da vida, como o de “terceira idade”, “melhor idade” e “nova juventude” (Peixoto, 1998).

Por um lado, a geriatria e a gerontologia puderam desmistificar preconceitos do senso comum acerca do processo de envelhecimento; por outro, foram responsáveis pela

<sup>3</sup> A ideia de terceira idade se assenta no processo de reinvenção da velhice, por meio do qual os avanços da biotecnologia, da medicina e das ciências do envelhecimento permitem à população idosa vivenciar uma fase repleta de novas atividades e relacionamentos, saúde corporal e mental, aprendizagem, lazer etc., reprivatizando a velhice ao rejeitar a inatividade, a dependência e a solidão como características inerentes ao processo de envelhecimento. Com isso, a noção de terceira idade acaba por enfraquecer a percepção da velhice como um problema coletivo, em que a sociedade e o Estado são responsáveis pelo seu acolhimento.

criação de uma ideologia da velhice carregada de novos estereótipos, que passaria a motivar novos preconceitos e a fortalecer outros mais antigos. Para Haddad (1986), a ideologia da velhice desconsidera o caráter histórico e social dos indivíduos, ignorando a sua condição de classe no capitalismo, que com isso homogeneízam a experiência do envelhecimento. A velhice pauperizada e doente da classe trabalhadora é contrastada com a velhice saudável e bela das classes privilegiadas. Essa ideologia é da terceira idade.

No final do século XIX, originou o que ficou conhecido como “questão social”. Ou seja, o aumento da miséria social da população decorrente da exploração do trabalho industrial e do acúmulo e da concentração da riqueza no capitalismo. O desemprego e a exclusão social vivenciados pelas classes trabalhadoras levariam ao embate entre capital e trabalho, com o conseqüente surgimento de movimentos operários, sindicatos e associações representativas dos trabalhadores (Netto, 2001).

É neste contexto que se observa a pauperização de muitos(as) trabalhadores(as) que, ao envelhecerem, tornavam-se incapazes de continuar trabalhando, sendo descartados(as) pelas fábricas e desassistidos(as) pelo Estado. Assim, a velhice excluída se torna uma expressão direta da questão social. Ao mesmo tempo, é a partir deste processo que se aprofunda o abismo entre a velhice operária e a velhice burguesa na sociedade moderna.

De acordo com Peixoto (1998), a distinção entre velhice e terceira idade passa a ser principalmente uma questão de classe social, uma vez que a velhice da classe trabalhadora se torna bastante diferente da dos(as) idosos(as) com boas condições econômicas. Se a primeira velhice continua sendo vista como uma fase decadente, feia e repulsiva, a segunda passa a ser compreendida como um período de redescoberta de potenciais latentes, de reintegração social e de recondicionamento físico e mental, podendo, até mesmo, ser definida como “melhor idade”.

Uma utopia de “nova juventude” ou de “imortalidade” permeia o ideário da terceira idade no atual contexto social, fazendo com que se negue até o processo natural do envelhecimento. Novas pesquisas nas áreas de biotecnologia, engenharia genética e geriatria têm ambicionado, pasme-se, pôr fim ao envelhecimento celular humano e à morte dele decorrente, num projeto conhecido como *anti-aging* (Tziminadis, 2021). Não obstante, as entidades científicas de gerontologia e de geriatria têm o privilégio de desfrutar do *status* de legitimidade adquirido pela ciência na sociedade atual, caminhando de mãos dadas com as ambições científicas mais surreais.

Considerando-se o caráter ideológico da ciência e da técnica, a partir da abordagem de Habermas (2014), a ideologia está presente no conhecimento tecno-científico desde o seu surgimento no cartesianismo. É impossível, ainda para Habermas (2014), separarmos

ciência e tecnologia do contexto sociocultural em que emergem e se desenvolvem, pois influem de forma poderosa neste contexto. Além disso, a ciência e a tecnologia são uma questão político-ideológica por excelência, envolvendo disputas de poder entre grupos e países.

É sabido que a ciência positivista/cartesiana nasceu da necessidade do capitalismo de maximizar a produção industrial a partir do século XIX, pois a eficiência produtiva, resultante do incremento da tecnologia de produção, gerou a maximização do lucro e permitiu a obtenção de um nível crescente de produtividade, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma redução considerável da necessidade de mão de obra (Antunes, 1999).

Antes de se emanciparem como especialidades científicas autônomas, a gerontologia e a geriatria existiam como subáreas de carreiras historicamente consolidadas, como a medicina e a psicologia, portanto se encontram perpassadas pelas ideologias dos saberes médico e psicológico, que possuem o poder de determinar o que é “saudável” ou “patológico” no funcionamento do corpo, e o que é “errado” ou “certo” nos comportamentos individuais e na vida em sociedade.

Para Foucault (2021), o biopoder<sup>4</sup> inerente aos saberes da medicina e da psicologia exerce controle sobre os indivíduos na medida em que reproduzem padrões

socialmente construídos de saúde e de doença. Tais padrões, que atuam como micropoderes sutis, motivam preconceitos socioculturais e estigmas contra doentes mentais, crianças, idosos(as), homossexuais, doentes terminais, portadores(as) de HIV, enfim, pessoas que demandam cuidados médicos e psicológicos especiais.

## 2. Velhice, ciência e ação política

Exercendo controle político-ideológico sobre a velhice, a gerontologia e a geriatria se estabeleceram como instituições científicas com autoridade legítima para falar sobre o envelhecimento e atuar politicamente como representantes da população idosa. Não é sem motivo que Haddad (1986) considera as ciências do envelhecimento como as principais formuladoras da ideologia da velhice no Brasil:

[...] o adestramento político dos velhos gira em torno de dois polos distintos: o primeiro tem por eixo a difusão dos preceitos médicos, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que deve levar os velhos a tomar consciência do que é clinicamente a velhice, procurando preservar o “corpo capitalista”; o segundo objetiva direcionar a vida dos idosos para diminuir o custo social de sua manutenção (Haddad, 1986, p. 125).

Por sua vez, Debert (2004) mostra como a reinvenção da velhice traz um processo de reprivatização do envelhecimento, ao considerar a velhice como uma responsabilidade

<sup>4</sup> De acordo com Bertolini (2018, p. 87): “em resumo, biopoder refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis”.

individual (e não pública ou social). Envelhecer passa a ser “culpa” do indivíduo que não procura os recursos disponíveis (saúde, esporte, lazer, educação etc.) para manter-se saudável e sustenta que todo envelhecimento se dá da mesma forma, sem distinção de classe social. Com isso, a gerontologia e a geriatria desconsideram a diversidade dos fatores socioculturais inerentes à experiência do envelhecer, numa perspectiva etnocêntrica e reducionista do envelhecimento. Neste sentido, podemos reconhecer que:

[...] a gerontologia e a geriatria, colocando-se como detentoras dos segredos da velhice, buscam reorganizar o comportamento dos idosos que, transfigurados, enquanto objetos do seu saber, são reduzidos a gerontinos, perdendo as suas particularidades enquanto seres históricos (Haddad, 1986, p. 125).

Na verdade, quando a gerontologia e geriatria se institucionalizaram no Brasil, a ideia de que a velhice poderia ser evitada e, acima de tudo, negada, ainda não se encontrava difundida em nossa sociedade. Mesmo com a SBGG – entidade científica pioneira no campo da velhice no Brasil – fundada em 1961, à época o envelhecimento populacional ainda não era socialmente visível, apesar de já estar em curso (Peres, 2007).

Para Cohen (1998), antes do surgimento da gerontologia, na sociedade indiana a velhice não existia como fase diferenciada e demandadora de atenção especial, e dessa forma, a introdução da gerontologia na Índia

serviria não só para estudar a velhice, mas, principalmente, para criá-la. Neste sentido, a referida ciência teria, no contexto mundial, não só o papel de institucionalizar a pesquisa científica sobre o envelhecimento, como também dar visibilidade pública à velhice, definindo-a como um problema social.

Para Lopes (2000), na sociedade brasileira:

[...] além do crescimento do número de idosos em comparação com outros segmentos etários, [...] há outros elementos envolvidos no processo de constituição da velhice como um problema de visibilidade pública: as consequências econômicas do envelhecimento e a constituição da velhice como objeto de um discurso científico – o discurso gerontológico –, que se incumbiu da tarefa de gerenciar o envelhecimento (Lopes, 2000, p. 28).

No início da década 60, o surgimento da SBGG como entidade científica pode ser considerado como a fase germinal das ações políticas relacionadas à velhice no Brasil, e tal entidade teria importância fundamental no processo de politização da velhice e de transformação desta num problema social merecedor de atenção pública:

[...] há duas direções principais que marcam a trajetória da SBGG: por um lado, uma preocupação com o saber – sua institucionalização, profissionalização e divulgação; por outro, uma demanda por políticas públicas voltadas ao bem-estar do idoso, envolvendo os vários órgãos do executivo e também envolvendo a classe política, como as

assembleias legislativas, câmaras, constituinte, etc. (Lopes, 2000, p. 39).

É importante destacar que a SBGG surge primeiramente como entidade médica especializada em velhice, a Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG), e somente em 1965 incorporaria a gerontologia como uma especialidade paralela no intuito de abranger aspectos socioculturais, econômicos e políticos. Ainda para Lopes (2000), essa abertura seria fundamental para a atuação política da entidade e para a sua adequação a um movimento internacional de divulgação e consolidação da gerontologia como disciplina científica.

Lopes (2000) explica que a própria criação da SBGG seria fortemente influenciada pelo cenário internacional, uma vez que nos países desenvolvidos o envelhecimento populacional já era uma realidade visível na década de 1960. Isso explica a criação de entidades científicas do envelhecimento em países com uma população predominantemente jovem como o Brasil.

Na trajetória histórica da SBGG, os conflitos internos por disputa de poder, ocorridos entre médicos e gerontólogos, coexistiam com as disputas corporativistas entre outras organizações especializadas em velhice. Contudo, essas entidades, apesar de viverem situações conflitivas entre si, contribuiriam conjuntamente para tornar pública a questão da velhice e demandar políticas específicas junto ao Estado (Lopes, 2000).

Um fato importante que resultou desses conflitos foi a criação de outra entidade paralela à SBGG, a Associação Nacional de Gerontologia (ANG). Criada em 1985, a partir do 1º Fórum Nacional de Gerontologia Social, ocorrido em Fortaleza, essa entidade reuniu profissionais de gerontologia insatisfeitos(as) com o pouco espaço destinado às questões de cunho social e político dentro da SBGG, que insistia em manter o seu perfil biomédico.

Apesar de todas essas estratégias para agregar o profissional que não era médico, um grupo de sócios *gerontólogos* ainda insatisfeito com a quantidade de poder e posição dispensada para sua presença dentro da entidade, além da abordagem ainda bastante médica dada ao envelhecimento na SBGG, criou nesse mesmo ano [1985] uma outra entidade denominada Associação Nacional de Gerontologia, a ANG. [...] A ANG vigora até hoje e, inclusive, estabelece parcerias com a própria SBGG, só que possui alguns diferenciais, como o de ser voltada especificamente para iniciativas de cunho social, abrigando não apenas profissionais, mas também associações de idosos e pessoas interessadas na questão da velhice (Lopes, 2000, p. 153).

A ANG nasce com um perfil “mais social” e com a disposição de ser politicamente mais atuante do que a SBGG, além de ser mais aberta à participação de grupos de idosos(as) e pessoas leigas. Bem como, passa a participar efetivamente de eventos como o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do estado do Rio de Janeiro (FÓRUMPNEIRJ), ligado aos conselhos

municipal e estadual do Idoso do Rio de Janeiro. Ao lado da SBGG, atuou na reivindicação e na elaboração da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso. Sendo assim, estabelece como uma de suas metas:

[...] desenvolver constantes ações técnicas, políticas, consultorias e assessorias junto a órgãos e instituições públicas, privadas e à sociedade como um todo, interpretando as reivindicações, interesses e necessidades das pessoas em processo de envelhecimento, propondo a adoção de medidas adequadas ao atendimento das mesmas (Peres, 2007, p. 254).

Além disso, procura atuar em atividades de conscientização ou de educação não-formal sobre as questões sociais e políticas do envelhecimento, com a promoção de eventos e debates sobre o tema e com a edição de periódicos como o “Caderno Edith Motta” (semestral) e a “Revista Tempo e Vida” (anual). Finalmente, em seu papel militante, a ANG como entidade científica pretende

[...] valorizar a contribuição dos profissionais em Gerontologia, favorecendo o reconhecimento desse campo profissional; organizar e apoiar iniciativas de qualificação e aperfeiçoamento de pessoal, em todas as áreas da Gerontologia (Peres, 2007, p. 255).

Na verdade, a tentativa de politização da velhice, desenvolvida a partir da ação das entidades de geriatria e de gerontologia, pode ser entendida como uma estratégia para tutelar

um grupo que cresce numericamente. As publicações da ANG orgulham-se de desenvolver um enfoque crítico diante da exclusão social da população idosa, contudo, o intuito principal dessas entidades parece ser o de ganhar espaço na sociedade. Além disso, a população idosa passou a representar um significativo mercado de consumo e uma crescente massa de manobra político-eleitoral:

[...] “dar voz aos velhos”, transformá-los em “sujeitos do seu destino” são palavras de ordem usadas pelos defensores de uma gerontologia crítica, empenhados em descrever a “indústria da velhice” – que a gerontologia hegemônica fortalece – e o caráter opressor dessa disciplina, cuja tarefa tem sido pôr em ação tecnologias de saber e poder, a partir das quais as populações são reguladas, classificadas, divididas e dominadas (Debert, 2004, p. 229).

Os eventos científicos promovidos pelas entidades de geriatria e gerontologia – fóruns, congressos, seminários, simpósios e encontros – reproduzem a lógica de atuação dessas entidades em sua trajetória histórica, por exemplo. O Congresso Nacional de Geriatria e Gerontologia, o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, o Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia e o Fórum Nacional de Gerontologia Social, organizados pela SBGG e pela ANG.

Além do corporativismo<sup>5</sup> das entidades

<sup>5</sup> Adotaremos aqui a definição de corporativismo como a priorização de interesses privados por grupos, corporações e entidades empresariais, públicas, privadas e/ou representativas, em detrimento dos interesses coletivos que deveriam, em tese, defender.



organizadoras, tais eventos visam discutir assuntos de caráter científico sobre a velhice, como os que envolvem a saúde do(a) idoso(a), ou seja, a biologia e a fisiologia do envelhecimento, pertencentes ao campo da geriatria, e os referentes à sua vida social e cultural, suas condições econômicas e sua participação política, temas da gerontologia social (Lopes, 2000).

Ao participar do II Simpósio de Geriatria e Gerontologia, promovido em outubro de 2005 pela Faculdade de Medicina da Unicamp, em Campinas, o autor deste artigo pôde observar a ausência quase total de idosos(as) dentre os participantes, um discurso elitista e fortemente acadêmico (inacessível ao público leigo), disputas corporativistas e personalistas entre os grupos e entidades participantes, predominância de assuntos da área médica em detrimento dos sociais, pouco espaço para debates e participação do público, visão reducionista dos palestrantes e omissão dos aspectos sócio-históricos da velhice como uma expressão da questão social, que considere os trabalhadores(as) idosos(as) como grupos pauperizados pela exploração capitalista, e das políticas públicas a ela relacionadas (Peres, 2007).

Portanto, essa realidade verificada nos eventos retrata os antagonismos, os conflitos e as contradições observados entre as entidades representativas da velhice e entre seu discurso e prática. Se por um lado elas defendem a autonomia dos(as) idosos(as), por outro não permitem que participem e se expressem. Da mesma forma, gabam-se de praticar uma

“gerontologia crítica” dotada de um enfoque politizado sem esclarecer o público acerca das contradições da democracia representativa capitalista (Wood, 2003), nem dos interesses corporativistas das organizações burocráticas (Motta, 1986).

### **3. Corporativismo e representatividade nas instituições científicas da velhice**

As contradições na atuação das entidades de geriatria e gerontologia podem ser observadas a partir da análise do discurso do(as) seus/suas líderes burocráticos(as) e do estudo de sua cultura organizacional (Schein, 2022). Parece contraditório que as organizações cujo papel seja o de defender um grupo social priorizem, na prática, interesses particulares e corporativos, ao invés dos coletivos e sociais.

A educação, por exemplo, é um direito constitucional estendido a todos(as) os(as) cidadãos(as), mas até que ponto ela realmente atende às demandas de toda a população idosa? Em minha visita à sede da SBGG em São Paulo, entrevistei M., que era, na ocasião, vice-presidente da regional paulista da instituição. Quando questionada acerca da importância da educação para a população idosa, ela respondeu:

[...] isso, talvez nas outras áreas, na educação também, ainda não se tenha parado pra pensar, o quanto é importante para o indivíduo adulto e para o indivíduo idoso o processo de educação, por ser uma coisa muito nova, né? Quando você fala em educação as pessoas mais rapidamente pensam em criança. O que

te vem na cabeça quando você pensa em educação? Você pensa em criança! Mas hoje a gente tem cada vez menos crianças e as crianças estão com seus processos aí acontecendo, e nós temos um número muito grande de pessoas idosas, que querem continuar aprendendo e podem porque têm capacidade para isso, e esse sistema de educação é um sistema social e de política [...]. Na perspectiva da educação é que eu acho que nós não avançamos tanto, é no ponto de vista do potencial que o indivíduo idoso tem, e de quanto ele precisa de um processo educativo, que atenda às necessidades desse indivíduo, que já tem toda uma história de vida que você não pode desconsiderar e fazer um processo de educação, encaixado no processo da criança, porque ele não é uma criança.

Ao se referir sobre a conexão entre educação e criança, a entrevistada critica a ausência de políticas e de programas educacionais voltados ao público idoso, que, como mostra Peres (2011), de fato não existe, já que o sistema educacional capitalista atua de forma funcional ao sistema produtivo, e neste contexto a população idosa é considerada improdutivo. Na verdade, o que temos de concreto são as universidades abertas à terceira idade (UnATI).

Como explica Cachioni (1999), as UnATIs são ações paliativas, de caráter elitista, transmitindo, na sua maioria, conteúdos de fraco teor crítico e são incapazes de preencher a lacuna do nosso sistema educacional, que educa apenas para o mercado de trabalho e não para a vida, envelhecimento e morte.

A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, leis e políticas da velhice, reproduzem uma ideologia educacional restrita e funcional ao sistema capitalista, enfatizando a importância da criação de UnATI e de outros programas educativos voltados ao público idoso. Contudo, silenciam quanto ao elevado índice de analfabetismo existente entre a população idosa, principalmente nas áreas rurais da região Nordeste, e a ausência de uma política pública específica de alfabetização de idosos(as) e adultos(as) nestas regiões. Nota-se, aqui, que a questão social atinge mais duramente a classe trabalhadora camponesa/rural, especialmente na velhice, que é mais excluída, desassistida e pauperizada do que a classe trabalhadora que vive nas cidades (Peres, 2013).

De acordo com M., as políticas da velhice foram elaboradas a partir da “assessoria científica” das entidades de geriatria e gerontologia e das reivindicações feitas por elas:

[a SBGG] teve um envolvimento muito grande, assim como conselhos do idoso, conselhos estaduais, municipais, e a SBGG com seu corpo científico também foi convidada e teve uma participação muito grande nessa política relacionada ao idoso e da política de saúde do idoso. Ela teve um papel extremamente atuante, dando esse suporte científico quanto ao envelhecimento. Junto com outros órgãos da sociedade civil e junto com órgãos governamentais pra que essa política fosse viabilizada [...]. A SBGG como entidade científica é que vai apontar essas necessidades de políticas públicas. Quer dizer, vejam que a população está envelhecendo e nós

temos que dar respostas sobre o que fazer com essa população. Então o Brasil sempre foi tido como o país do futuro, país de jovens, de repente e muito rapidamente tornou-se um país de cabelos brancos, como diz o Renato Veras [da ANG].

Sabemos que a gerontologia, conforme mostrou Cohen (1998), teve que criar a velhice na sociedade indiana para poder estudá-la. Da mesma forma, podemos dizer que a gerontologia e geriatria criaram as demandas por políticas públicas sem que a população idosa fosse consultada sobre as suas reais necessidades. Tal fenômeno pode ser entendido a partir da perspectiva de Foucault (2021), para quem o poder científico/biomédico conquistou o “direito” de controlar os corpos e falar pelas pessoas.

A gerontologia social parece desconhecer (ou prefere desconsiderar?) os aspectos sócio-históricos dos problemas que acometem os(as) idosos(as), relacionados à luta de classes. Para o materialismo histórico marxista<sup>6</sup>, a exclusão social vivida no capitalismo atinge a todos os trabalhadores – que Antunes (1999) define como a “classe-que-vive-do-trabalho” – e não diz respeito somente a um grupo social específico, pois é necessário olhar a questão de uma perspectiva totalizante para evitar análises reducionistas.

A exclusão dos(as) idosos(as) é produto da própria dinâmica do capitalismo, que explora a classe trabalhadora ao longo da vida produtiva e depois a descarta ao envelhecer. Não obstante, o capitalismo quer considerar a velhice como uma responsabilidade (ou culpa) individual e não social ou política, e por caridade, benevolência ou “responsabilidade social” (Montaño, 2003) tenta amparar uma velhice fisicamente frágil e socialmente carente (Haddad, 1986).

Sobre as alternativas à exclusão social dos(as) idosos(as), diz a especialista em gerontologia da SBGG:

[...] olha, eu vejo que a população idosa está cada vez mais sendo valorizada, é por tudo aquilo que construiu, e até por ser hoje a população que tem a primazia ou a prioridade das políticas públicas. Não sei se você viu, ontem teve uma notícia na Record, na Rede Globo, em uma cidade no interior de São Paulo, que teve uma aprovação de vagas de carros [em estacionamentos] especiais para idosos, locais delimitados [...]. Essas iniciativas, que parecem pequenas, mostram como que eles [os idosos] estão sendo hoje cada vez mais vistos e olhados pelo poder público. Existem vagas de trabalho para idosos em supermercados e outros estabelecimentos. Em concursos públicos, agora no Estatuto [do Idoso] diz que não pode mais discriminar pela idade e um dos critérios de desempate é a idade, idade maior, eles têm prioridade.

<sup>6</sup> Em síntese, o marxismo, também conhecido como materialismo histórico, é uma corrente filosófica e política fundada por Marx e Engels na segunda metade do século XIX. É caracterizada pela sua crítica radical ao capitalismo, às suas contradições e estratégias de exploração das classes trabalhadoras. Para o marxismo, por ser um sistema desigual e concentrador da riqueza, o capitalismo deve ser superado por meio da luta de classes, dos operários contra os burgueses, com o fim de se construir, a partir da revolução, uma sociedade socialista, mais igualitária e democrática.

Então, assim, são iniciativas que vão mostrando como esse segmento está sendo mais valorizado.

Hoje, não basta somente explorar o(a) trabalhador(a) ao longo da sua chamada “vida produtiva”; é necessário explorá-lo(la) também na velhice. Muito provavelmente, a entrevistada, que é assistente social e gerontóloga, nem se dê conta do caráter ideológico da sua fala. As “esmolas” dadas pelo Poder Público e pelas empresas privadas, como a gratuidade para idosos(as) no transporte público e nos cinemas, estão longe de representar uma valorização real do indivíduo em sua totalidade (como “Homem Omnilateral”, no sentido gramsciano) e possibilitar a sua emancipação como ser social (Ferreti, 2009).

Segundo Antunes (1999), a emancipação dos(as) idosos(as), das mulheres, dos(as) negros(as), dos(as) doentes, dos(as) trabalhadores(as), dos(as) camponeses(as), dos(as) LGBTQIA+, enfim, dos(as) excluídos(as) de forma geral, não pode ocorrer de maneira isolada ou restrita, mas como uma consequência direta e natural da emancipação total do gênero humano, frente à opressão vivida sob o sistema capitalista, que mantém instituições coercitivas (como o Estado, a polícia e o exército) para dominar o povo e, assim, perpetuar a desigualdade e a injustiça social. Estes grupos devem se unir numa luta ampla contra o sistema capitalista, tendo como foco a luta de classes.

Em outras palavras, a emancipação humana deve perpassar pela questão social,

reflexo do embate histórico entre capital e trabalho, que tem no capitalismo o grande responsável pelo crescimento da miséria social, ao mesmo tempo que multiplica exponencialmente a riqueza das classes dominantes. Neste sentido, a solução da questão social não ocorrerá por meio de políticas públicas e sociais, mas com a superação total do sistema capitalista (Netto, 2001).

Direitos sociais e trabalhistas relacionados à velhice, como a aposentadoria, são derivados da luta de classes, porém, sobre a questão previdenciária, diz a entrevistada:

[...] ele [o Estatuto do Idoso] vai realmente referendar aquilo que a gente já tem na Previdência Social e não tem nada de novidade em relação a isso. Agora eu não sei como é que se poderia ter um avanço aqui viu! Se você me perguntar: que avanço poderia estar proposto nesse Estatuto do Idoso, junto à Previdência Social? É uma questão que eu não sei como é que nós poderíamos propor esse avanço. Por isso que tem a questão da aposentadoria, ela reflete o que foi o mundo do trabalho dos indivíduos, quer dizer, é um salário injusto. Uma grande parte da população brasileira ganha durante a sua vida inteira um salário-mínimo e, portanto, se aposentam com um salário mínimo, porque essa é uma realidade que nós temos. Então, é isso que é muito difícil. Nós não temos ainda mecanismos de melhorar as condições de trabalho das pessoas que estão no mercado, pra que elas consigam ter um salário mais digno na sua vida adulta, que possam contribuir com um valor melhor de aposentadoria, e que, portanto, depois que não estiverem mais na

ativa, tenham um salário digno, uma aposentadoria digna.

É notável como a entrevistada reconhece a fragilidade com que os(as) formuladores(as) do Estatuto do Idoso trataram a questão previdenciária, principal alicerce de autonomia da grande maioria da população idosa. Fica evidente como essa questão foi completamente ignorada pelo Estatuto, que, em suas palavras, “não tem nada de novidade em relação a isso”. A falta de alternativas para o problema da Previdência Social mostra que um dos principais direitos sociais dos(as) idosos(as) (a aposentadoria) simplesmente não foi levado em consideração pelo Estatuto do Idoso, que contou com a “assessoria científica” da SBGG e da ANG.

Certamente, um dos maiores obstáculos para a autonomia dos(as) idosos(as) hoje está ligada à questão da aposentadoria. Por simbolizar o conflito entre capital e trabalho, quase sempre o direito à aposentadoria é constantemente ultrajado na sociedade capitalista. Lembra Antunes (1999) que tal como o 13º salário, as férias, as licenças saúde, a gestante etc., o direito à aposentadoria representa o pagamento por um tempo ocioso, ou seja, pelo tempo de não-trabalho. E isso, para o capitalismo, é inadmissível, pois contraria a sua lógica de exploração do trabalho e o acúmulo de capital.

Não é sem motivo que no neoliberalismo<sup>7</sup> os direitos sociais têm sido privatizados e transformados em bens intercambiáveis no mercado, tais como os planos privados de previdência e seguro saúde. Como mostra Montañó (2003), o setor social (ou terceiro setor) vem sendo estrategicamente utilizado pelo Estado neoliberal para facilitar o desmonte dos direitos e das políticas sociais, alterando as formas de intervenção social.

Vejamos como M. entende esta questão:

[...] o mundo está envelhecendo, então eu não acho que é um retrocesso [privatizar a aposentadoria], mas eu acho que é uma nova acomodação. Essas aposentadorias privadas, elas já são uma realidade, mesmo num país como o nosso, que é um país que tem uma carência de pessoas com um poder aquisitivo, que possam pagar uma previdência privada, que é caríssima, ou a pessoa começa a pagar muito jovem, ou com uma idade mediana, ou chegando aos 50 [anos] e começar a pagar uma aposentadoria privada, você tem que ganhar muito bem, senão é impossível, quase impraticável. Então eu acho que uma nova acomodação vai acontecer, porque nós temos cada vez mais uma dificuldade do sistema público, das políticas públicas acomodarem as necessidades de uma população que está vivendo muito, com menos dinheiro arrecadado. Eu acho que a informalidade é a marca do mundo do trabalho hoje, no nosso país.

<sup>7</sup> O neoliberalismo é uma doutrina desenvolvida entre as décadas de 70 e 90, por economistas franceses, alemães e norte-americanos, que defende o livre mercado e a mínima intervenção do Estado na economia, ao retomar os ideais do liberalismo clássico do século XIX. Na lógica neoliberal, a intervenção estatal deve ocorrer apenas em setores essenciais, como saúde, educação e assistência social, por exemplo, mas mesmo assim em grau bastante reduzido, abrindo, paralelamente, tais serviços ao setor privado.

Uma pesquisa realizada por Gentil (2005) mostrou que a suposta crise do sistema previdenciário no Brasil é falsa, pois na verdade, tal crise é mais uma estratégia do Estado neoliberal visando o desmonte dos direitos sociais e o sucateamento da Previdência Social. Ocorre que a verba arrecadada pela Previdência é desviada para a execução de obras com fins eleitorais e para o financiamento de campanhas políticas, principalmente de candidaturas à reeleição, sendo uso indevido da máquina pública.

Autores como Motta (1981; 1986) e Tragtenberg (2010) já alertavam acerca das contradições ideológicas da burocracia, presentes na prática da representatividade político-institucional. Mesmo assim, a sociedade ainda permanece alienada desta realidade, e para M., os especialistas em gerontologia são

[...] um grupo de profissionais preocupado, uma sociedade preocupada, que diz o que é melhor para o quesito idoso. Hoje, cada vez mais, é esse grupo de pessoas que estuda o envelhecimento, pessoas preocupadas com o envelhecimento, com as pessoas idosas, que buscam nesse consenso o que é melhor para a população idosa. Então eu já vejo nesse segmento idoso no Brasil hoje uma representação [institucional]. Então, é assim, falamos por eles e falamos com eles, como, por exemplo, pelos conselhos do idoso.

Talvez, os que decidem pelos(as) idosos(as) não achem importante uma previdência pública e justa para “o quesito idoso”, e talvez isso realmente não importe para as

pessoas que participam do “consenso” sobre “o que é melhor para a população idosa”, já que essas ou nem são idosas, ou, quando são, pertencem às classes privilegiadas. Como mostra Paz (2001), essa mesma realidade pode ser vista entre integrantes dos conselhos e fóruns de idosos(as), onde temos escassa participação da população idosa e de baixa renda, enquanto predomina a presença de técnicos(as), especialistas em gerontologia, médicos(as), políticos e líderes comunitários(as), particularmente com interesse na questão da velhice.

#### 4. Considerações finais

Considerar a velhice como uma expressão da questão social implica concebê-la como um desdobramento da exploração capitalista e do embate histórico entre capital e trabalho, presentes na sociedade moderna, que é civilizada, urbanizada, industrializada, tecnológica e, ao mesmo tempo, excludente. A superficialidade e o reducionismo com que as entidades científicas de gerontologia e geriatria lidam com a velhice indica a força ideológica (e desumana) do capital, que a tudo permeia e transforma em mercadoria, incluindo a própria velhice. Essa mesma ideologia se reproduz de forma sutil nas relações sociais, inclusive em espaços mais improváveis, como as instituições que cuidam do envelhecimento. Ou seja, a ideologia da velhice (a “terceira idade”) é reproduzida pelo capital.

De forma especulativa, o neoliberalismo vem desmontando os direitos sociais e os substituindo por serviços privados de previdência, saúde e assistência, por exemplo, comprometendo sobremaneira o atendimento público da população idosa e prejudicando sobretudo a população idosa das classes populares. Neste contexto de insegurança social, as diferenças de classe aparecem mais nitidamente, pois os(as) idosos(as) que podem pagar pelos recursos antienvelhecimento disponíveis no mercado (e na ciência), têm o privilégio de desfrutar da “nova juventude” – livre, feliz e saudável –, conhecida como “terceira idade”. À classe trabalhadora, por sua vez, cabem as agruras de uma velhice pauperizada, desassistida, doente e dependente, com muitos(as) idosos(as) tendo que se sujeitar a trabalhos precários e muitas vezes na informalidade e no desemprego.

A ciência ocidental já foi acusada de etnocentrismo pela antropologia funcionalista, graças ao evolucionismo, que prevaleceu nos seus primórdios. Os esforços científicos realizados ao longo dos séculos XIX e XX, no sentido de colonizar e aculturar os chamados povos “primitivos”, revelam a tentativa imperialista de impor a dominação política mediante conhecimento. Por isso, é impossível desvincular ciência e ideologia.

A geriatria e a gerontologia, tidas como ciências legítimas do envelhecimento, certamente desfrutam do *status* de autoridade para falar sobre ele, seja nas pesquisas

acadêmicas, nos eventos científicos, nos artigos e livros publicados, nas escolas e universidades, seja também na mídia. Contudo, estas entidades científicas não têm o direito de adestrar politicamente a população idosa e influenciar políticas públicas concebidas de forma unilateral, ou seja, sem ouvir as reais demandas e as necessidades dos destinatários dessas políticas, que é a população idosa como um todo, independente de classe social.

Infelizmente, observamos que essa mesma prática é reproduzida na atuação política das instituições científicas do envelhecimento. As condições socioeconômicas da maioria dos(as) idosos(as) do Brasil – que é marcada pela escassez de recursos materiais e pela baixa renda previdenciária – foi totalmente desconsiderada nas ditas “novas” políticas públicas e leis da velhice, como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. Certamente, o direito a uma aposentadoria digna foi estrategicamente ignorado nestas políticas e leis, porque é um direito resultante da questão social, ou seja, do embate entre capital e trabalho, embora isso ainda seja imperceptível para a maioria das pessoas.

As instituições científicas da velhice precisam refletir com sinceridade e consciência acerca da sua atuação na sociedade, pois é incontestável a importância da geriatria e da gerontologia na compreensão do processo de envelhecimento, proporcionando maior qualidade de vida àqueles(as) que envelhecem. Porém, é preciso superar o corporativismo que

serve mais aos propósitos institucionais do que propriamente à população idosa em geral, que deveria ser amplamente beneficiada pelo progresso científico.

É necessário, também, democratizar e universalizar o acesso aos recursos e conhecimentos científicos sobre a velhice (e sobre qualquer outra questão), independentemente da classe social, evitando que continuem restritos a uma minoria de privilegiados(as) pela condição socioeconômica. O marxismo como ciência da totalidade proporciona uma visão ampla e profunda sobre a realidade social, compreendendo a velhice como uma expressão direta do embate entre capital e trabalho,

ou seja, como um reflexo da questão social gerada pelos mecanismos de exclusão e exploração da sociedade capitalista.

Por fim, a ciência ocidental deve se esforçar na superação do seu caráter ideológico atrelado ao capitalismo (dada a sua origem histórica ter ocorrido na sociedade moderna capitalista) e juntar esforços com as classes trabalhadoras na luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É neste sentido que deve caminhar, também, a participação política, não só dos(as) idosos(as), mas de toda a sociedade, na união de todos(as) pelo fim da opressão e da exploração do sistema capitalista.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Revista Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, dez. 2018.

CACHIONI, Meire. Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira. *In*: DEBERT, Guita; NERI, Anita (orgs.). **Velhice e sociedade**. São Paulo: Papirus, 1999.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. *In*: DEBERT, Guita (org.). **Antropologia e velhice**. Textos Didáticos IFCH. Campinas: UNICAMP, 1998.

DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

FERRETI, Celso. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 105-128, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.



GENTIL, Denise. **A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: EDUNESP, 2014.

HADDAD, Eneida. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

LOPES, Andrea. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA, Fernando. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando. **Organização e poder: empresa, Estado e escola**. São Paulo: Atlas, 1986.

NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

PAZ, Serafím. **Dramas, cenas e tramas: a situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2001.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. *In*: BARROS (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PERES, Marcos. **O analfabetismo entre idosos no semiárido nordestino**. Salvador: EDUNEB, 2013.

PERES, Marcos. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado**, Universidade de Brasília, v. 26, n. 3, p. 631-661, set./dez. 2011.

PERES, Marcos. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHEIN, Edgar. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2022.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: EDUNESP, 2010.

TZIMINADIS, João. A domesticação técnica da morte: *anti-aging* como projeto existencial. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, n. 21, v. 1, jan./abr. 2021.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.